

## **AUMENTANDO AS POSSIBILIDADES DE ACESSO DOS ALUNOS ORIUNDOS DO ENSINO PÚBLICO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO CURSO PRÉ-VESTIBULAR UNIVERSIDADE PARA TODOS NO POLO DE ITABERABA**

Ariosvaldo Novais Santiago<sup>1</sup>

Luciana Bispo de Souza da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo trazer uma análise do curso pré-vestibular Universidade Para Todos (UPT) buscando fornecer uma amostra das condições sócio culturais dos alunos oriundos do ensino público sobretudo daqueles que possuem maior inserção na pobreza e, portanto, com maior vulnerabilidade estando sujeitos ao processo de exclusão do acesso às instituições públicas do ensino superior. Os estudantes egressos do Ensino Médio geralmente não conseguem vislumbrar perspectivas estudantis além da formação básica, ofertada no município. Isso ocorre pelo fato de não existir uma política pública governamental que possibilite uma preparação adequada para que sejam competitivos no processo Seletivo das instituições de Educação Superior. Traremos, portanto, uma discussão sobre o percurso sócio histórico cultural enfocando a categoria pobreza e exclusão social na trajetória dos nossos alunos na tentativa de adentrar ao ensino superior no Brasil e do processo histórico da implantação, permanência e desempenho do pré-vestibular Universidade Para Todos Polo de Itaberaba.

**Palavras-chave:** Pobreza, Exclusão Social, Ensino Superior, Pré-vestibular.

### **INTRODUÇÃO**

O contexto criado pela modelo neoliberal e o processo de globalização veio radicalizar as condições de desigualdades que afetam muitos grupos sociais que se apropriaram da perspectiva dos direitos humanos para fazer valer seu desejo de dignidade e bem-estar frente a diversas instâncias, tanto nacionais como internacionais.

A história do homem é construída através de um processo dialético, onde ocorrem acentuados processos de mudanças e transformações, interagindo com os homens, com a realidade e consigo mesmo. A sociedade torna-se mais complexa passando a necessitar de formas de organização onde os seres se organizam em diferentes grupos sociais, carecendo da

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação, Professor Assistente do Departamento de Educação Campus XIII Universidade do Estado da Bahia, Coordenador Pedagógico do Programa Universidade Para Todos Polo de Itaberaba [asantiago@uneb.br](mailto:asantiago@uneb.br)

<sup>2</sup> Pedagoga, Técnica Administrativa do Departamento de Educação Campus XIII Universidade do Estado da Bahia, Gestora de Polo do Programa Universidade Para Todos Polo de Itaberaba – BA [lbispo@uneb.br](mailto:lbispo@uneb.br)



regulação de suas ações, através de regras e normas, que não podem ser transgredidas (GIDDENS, 1991, p.20).

O processo civilizatório decorre em profundas mudanças, que levaram a sociedade ao desenrolar de um processo de modernização, a partir do qual tivemos uma exacerbação do individualismo, na busca pelo bem estar e pela ampliação do desenvolvimento rumo a novas conquistas, onde os conceitos que tinham como objetivo principal nortear ações que garantissem a melhoria na qualidade de vida acabou transformando-se em ações que provocaram o aumento dos índices de desigualdade social, onde muitos não têm acesso aos bens mais essenciais a vida. A pobreza, entendida como principal consequência da desigualdade social é uma problemática histórica que acompanha as formas de relações sociais. (WLODARSKI, CUNHA 2005).

A pobreza é um fenômeno social que não pode ficar indiferente no contexto social e é definida como:

(...) situação de privação resultante da falta de recursos. Esta definição tem duas partes que interessa sublinhar; privação e falta de recursos, termos entre os quais existe uma relação de causa e efeito. (COSTA, 2007, p. 27)

Com esta definição, o autor tem o objetivo de classificar estas duas vertentes desta definição, a saber: a privação e a falta de recursos. Começando pela privação, Costa explica:

A privação traduz-se, antes do mais, em más condições de vida. Este é, porventura, o lado mais visível da privação e da própria pobreza. Normalmente trata-se de privação múltipla, isto é, em diversos domínios das necessidades básicas: alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política, etc. (2007:27)

Todos estes aspectos supramencionados podem afetar os indivíduos, até mesmo na esfera da sua personalidade. Este é o entendimento de Sen, vejamos:

A pobreza deve ser entendida não apenas como uma condição de insuficiência de renda, mas como um estado de privação de liberdade (ou liberdade de escolha), podendo refletir-se em morte precoce, baixos índices educacionais, desemprego, morbidez, exclusão social, dentre outras deficiências. Trata-se, portanto, de uma ausência de liberdade para realizar coisas que são valiosas para o viver humano, os chamados funcionamentos. (SEN, 2000)

O estudo da concepção de pobreza como “privação de capacidades” requer o entendimento de dois conceitos centrais nos trabalhos - Funcionamentos e Capacitações - onde

Funcionamentos referem-se a atividades ou estados de existência importantes para que um indivíduo possa levar o tipo de vida que ele tem razão para valorizar. (SEN, 1999).

A pobreza em países ricos, um aparente paradoxo, pode ser muito melhor compreendida se tomarmos como pano de fundo a concepção das capacitações. Ser relativamente pobre em um país rico significa estar privado de capacitação, mesmo quando a renda absoluta da pessoa é elevada para os padrões mundiais (SEN., 2000).

Ainda (Sem, 2000), a pobreza relativa ganha especial relevância em um ambiente social, onde a maioria das pessoas é pobre. Um indivíduo tenderá a não se envergonhar ou ter baixa estima em função da sua condição de pobreza já que, relativamente aos outros, ele não se encontra em situação tão desfavorável. Adam Smith, entretanto, constata que um país opulento, em comparação a outro menos abastado, requer mais renda para comprar mercadorias suficientes para realizar o mesmo funcionamento social anteriormente descrito.

A exclusão social configura-se como um fenômeno multidimensional, como um fenômeno social ou um conjunto de fenômenos sociais interligados que contribuem para a produção do excluído. Coexistem, ao nível da exclusão, A Pobreza e a Exclusão Social, fenômenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros.

Acresce o fato de a exclusão ter um caráter cumulativo, dinâmico e persistente, encerrando no seu núcleo processos de reprodução (através da transmissão geracional) e evolução (pelo surgimento de novas formas), que garantem as suas vias de persistência, constituindo simultaneamente causa e consequência de múltiplas rupturas na coesão social, implicando manifestações de dualismos e de fragmentação social. (CIES/CESO I&D, 1998; CAPUCHA, 1998)

Numa acepção sociológica, a exclusão é produto de um déficit de coesão social global, não se reduzindo a fenômenos individuais nem a simples agregações de situações (LAMARQUE, 1995). A sociologia contemporânea tende a privilegiar a compreensão a contrário dos mecanismos da coesão social Xiberras, (1996), ou seja, atribui-se prioridade ao estudo da ruptura e não da coesão per se. Porém, fazendo uma breve incursão histórica, os sociólogos do século XIX atentaram privilegiadamente nos mecanismos de exclusão social. Relembre-se a distinção estabelecida por Émile Durkheim entre solidariedade mecânica e orgânica. Vários autores debateram esta mesma temática, nomeadamente, entre outros,

Numa situação de exclusão verifica-se uma acentuada privação de recursos materiais e sociais, arrastando «para fora ou para a periferia da sociedade» todos aqueles que «não participam dos valores e das representações sociais dominantes» (FERNANDES, 1995: 16). O

excluído encontra-se fora dos universos materiais e simbólicos, sofrendo a ação de uma espiral crescente de rejeição, que culminará na incorporação de um sentimento de autoexclusão.

A nível simbólico «tende a ser excluído todo aquele que é rejeitado de um certo universo simbólico de representações, de um concreto mundo de trocas e transações sociais» (FERNANDES, 1995: 17). Esta dimensão da exclusão assume-se pela transformação da identidade do indivíduo, inevitavelmente marcada por um sentimento de inutilidade, ligado à sua própria incapacidade de superar os obstáculos e os processos que provocam e/ou acentuam a sua exclusão.

Nas sociedades modernas ocidentais, contudo, pobreza e exclusão reforçam-se mutuamente. A exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e esta impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes (habitação, saúde, lazer, educação). Um excluído será aquele que não consegue configurar uma identidade (social) no trabalho, na família ou na comunidade. Torna-se um excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas. Assim, «os excluídos não constituem uma ordem, uma classe ou um corpo. Eles indicam, antes, uma falta, uma falha do tecido social» (ROSANVALLON, 1995: 204).

Uma das formas consideradas desumanas de exclusão se dá em ambiente escolar por conta do grande número de faltas do aluno às aulas, independente do turno em que ele estuda. De forma geral este processo ocorre por fatores biopsicossociais que, num cenário realista, compõem um quadro social no qual a exclusão se tornou uma coisa comum, e a exclusão educacional foi elevada ao status de coisa absolutamente normal, como tantas manifestações do estado de barbárie em que vivemos. Os gestores educacionais (assim como os gestores escolares) ora fazem vista grossa, ora passam a culpar os professores por um processo de exclusão que está relacionado a outro ainda muito maior: a exclusão social.

A maneira como se apresenta a proposta de educação inclusiva confirma o fracasso da educação escolar na modernidade em possibilitar ao sujeito inscrever-se no simbólico da sociedade adulta, onde possa se alocar na comunidade de adultos, inscrevendo aí seu lugar subjetivo para além da família. Pois, ao se propor como Educação Inclusiva, está suposta a exclusão que a educação escolar veio produzindo na modernidade como pressuposto lógico que sustenta seu discurso, mesmo ausente dele. Dado que a função que estrutura a educação como processo social é incluir socialmente, desde a família, o que justifica o discurso de educação inclusiva é o fato de que a educação na modernidade não incluiu socialmente os sujeitos, conforme propunham os ideais das revoluções burguesas. (ANDREOZZI, 2006).

## **METODOLOGIA**

Este estudo foi desenvolvido segundo a análise dos relatórios dos monitores, análise dos documentos e da nossa participação como coordenadores do programa no Polo de Itaberaba e a observação participante ouvindo monitores e cursistas do programa. A soma destas estratégias possibilitou uma boa base metodológicas para contemplar os objetivos do trabalho.

As atividades desenvolvidas ocorreram na perspectiva de uma Investigação qualitativa, Bogdan; Biklen (1994) e está embasada na problemática aqui formulada e caracteriza-se como estudo de caso de cunho descritivo exploratório e de natureza qualitativa que, segundo Richardson *et.al* (2009, p. 91), “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”. E explicativa, pois “pretende identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos”. (GONSALVES, 2003, p. 66).

Yin (2001, p.32) afirma que o estudo de caso é uma forma de fazer pesquisa social empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e o contexto não estão claramente definidos e na situação em que múltiplas fontes de evidências são usadas. Segundo Triviños (1987, p.109-110) “os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema” e os estudos descritivos visam “aprofundar a descrição de determinada realidade”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Adentrar ao ensino superior é o anseio de todos independentemente da idade, classe social ou localidade onde o aluno esteja residindo pois além de ser legalmente um direito de todos como diz a Constituição Brasileira no seu artigo 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN em seu artigo 2º que diz:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.





Portanto a educação, direito constitucional é assegurada a todos os brasileiros e é parte da dignidade da pessoa humana tendo portanto o Estado o dever de prover as condições necessárias ao seu pleno exercício. Entretanto na realidade o comportamento que verificamos é em muito divergente do que seria esperado pois o ensino secundário é oferecido na sede dos municípios e de um lado ocorre a dificuldade em admitir e manter professores licenciados para oferta plena das matérias de interesse da formação qualificada para a preparação dos alunos na maioria dos municípios de outro lado os alunos que deveriam exercer seu interesse e encontrarem-se matriculados e frequentando as aulas têm dificuldades por vezes pela distância entre a moradia e a escola e outras vezes pelo grau de pobreza que o obriga ao acesso precoce à vida laboral e contanto obter frequência inadequada ou mesmo o extremo de integrar a estatística da evasão.

Nosso objetivo ao descrever sobre o pré-vestibular Universidade Para Todos é de levar à comunidade científica a compreensão sobre ações que torne possível ampliar as possibilidades de democratizar o acesso às universidades públicas e consequente redução das desigualdades sociais, de forma complementar ao processo de educação pública de segundo grau.

No ano de 2004, o Governo do Estado da Bahia através do decreto nº 9.419 criou o projeto Universidade Para Todos (UPT) com a Coordenação da Secretaria de Educação do Estado tendo a parceira da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade do Estadual de Feira de Santana (UEFS) tendo como objetivo acolher os alunos concluintes e egressos do ensino público do segundo grau melhorando portando as possibilidades do acesso ao ensino superior através do SISU e vestibulares das universidades estaduais e federais favorecendo contanto o acesso de alunos mais carentes ao ensino superior.

Observe-se que as disciplinas que compõem o pré vestibular são ministradas preferencialmente por alunos cursistas das universidades Estaduais e complementadas quando necessário por professores da rede pública municipal e estadual de ensino. São também fornecidos módulos de acompanhamento e fardamento necessário para a padronização e bom acompanhamento das atividades.

Em cada universidade é formada uma equipe central composta da administração, Coordenação pedagógica e de apoio administrativo enquanto que em cada Departamentos (caso da UNEB pela multicampia) temos os polos que são compostos por uma Coordenação de Polo, uma Coordenação Pedagógica e secreários(as) em cada polo temos as extensões nos



municípios conveniados com apoio da prefeitura através das secretarias municipais de Educação ou Colégios municipais onde temos para cada extensão uma equipe de monitores que ministram as aulas e um funcionário de apoio administrativo.

Através de editais as universidades promovem a seleção dos monitores, gestores de polo (servidores técnicos administrativos), professores especialistas (docentes da instituição) e supervisores (servidores técnicos administrativos).

O Programa Universidade Para Todos no polo de Itaberaba é ofertado em parceria com a Universidade do Estado da Bahia, Campus XIII. O Campus oferece o curso de Licenciatura em Letras Vernáculas, Pedagogia e História e bacharelado em Direito e Ciências Contábeis. e o ingresso nesses cursos se dá pelo processo seletivo vestibular e pelo SISU.

O UPT se configura como um programa de Estado que tem como objetivo ofertar um curso preparatório que minimize o deficit de aprendizagem minimizando com isto a desigualdade entre os alunos pobres oriundos do ensino público e os mais favorecidos oriundos da rede particular de ensino.

O Universidade Para Todos é constituído por turmas com 50 alunos cada que funcionam presencialmente no Colégio Estadual Luiz Eduardo no município de Itaberaba com duas turmas e extensões nos municípios de Ipirá com duas turmas, Ruy Barbosa com Duas turmas, Boa Vista do Tupim com uma turma, Marcionílio Souza com uma turma.

Tanto para a sede quanto para cada extensão são selecionadas uma equipe de professores (monitores) que obrigatoriamente devem ser alunos dos cursos de graduação da universidade da Estado da Bahia ou qualquer universidade pública e professores do ensino público municipal ou estadual.

São ofertadas mensalmente formações continuadas ministradas pelos especialistas para cada disciplina e de forma geral pela Coordenação Pedagógica do Polo. |Cada monitor e coordenador apresenta mensalmente um relatório substanciado com as atividades desenvolvidas e frequência dos cursistas. Os cursistas recebem módulo dos conteúdos e uma blusa padrão do programa que é de uso obrigatório para padronização e controle de acesso aos colégios onde o curso funciona e dispensa da taxa de inscrição para aqueles que obtiverem frequência acima de 75%.

Durante o acompanhamento verificamos que as atividades foram executadas de forma satisfatória e o desempenho dos monitores foi dentro das expectativas onde foi possível verificar o empenho e dedicação no sentido do melhor desempenho dos cursistas no ENEM e vestibulares para acesso à universidade. Foi muito grande a evasão de cursistas, verificamos que de início as turmas foram completadas tinhamos alunos ouvintes (excedentes) e uma lista

de espera posteriormente e com a evasão chegamos a convocar todos os excedentes chegando ao final do curso com o índice de evasão próximo dos 50%.

Tabela 1. Número de alunos permanentes pós evasão e aprovação nos anos de 2018 e 2019

MUNICÍPIO	2018			2019		
	ALUNOS	APROVADOS	%	ALUNOS	APROVADOS	%
Itaberaba	46	19	37	59	16	27
Ipirá	56	13	23	54	17	31
B.V. Tupim	27	6	22	24	4	17
Ruy Barbosa	24	7	29	26	4	15
M. Souza	35	9	26	28	6	21

Fonte: Pré-Vestibular Universidade Para Todos Polo de Itaberaba.

Em Itaberaba e Ipirá tivemos duas turmas com um total de 100 alunos cada enquanto nos demais municípios contamos apenas com uma turma contendo 50 alunos cada. Obtivemos uma taxa de evasão significativa concluindo o período segundo a Tabela 1 nos anos de 2018 e 2019 para Itaberaba 46 e 59 alunos respectivamente sendo aprovados 19 e 16 alunos com um índice de aprovação de 37% e 27%. Em Ipirá concluímos com 56 e 54 alunos tendo a aprovação de 13 e 17 alunos com índices de 23% e 31% respectivamente. Em Boa Vista do Tupim concluiu-se com 27 e 24 alunos dos quais seis e quatro foram aprovados com índice de 22% e 17% respectivamente. Em Ruy Barbosa concluímos com 24 e 26 alunos sendo aprovados sete e quatro alunos obtendo os índices de 29% e 15% respectivamente e finalmente Marcionílio Souza que concluímos com 35 e 21 alunos e aprovados nove e seis alunos com índice de 26% e 21% respectivamente

Da Silva (2010) na tentativa de identificar o perfil dos alunos evadidos do cursinho pré-vestibular da Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu (FCA), bem como conhecer os motivos que os levaram a evadir concluiu que a heterogeneidade etária, social e disponibilidade dos alunos, a necessidade de buscarem recursos para subsistência familiar e própria tem sido algumas das causas que promovem o processo de evasão dos cursinhos pré-vestibular social.

Zago (2008) ao analisar o processo de evasão nos Pré-vestibulares Sociais deu conta de que este número é considerável o que “demonstra os limites da permanência dos jovens nesses cursos” e indica segundo seus estudos que este fato é causado com recorrência pela falta de condições para custear o deslocamento, “dificuldades em acompanhar a turma devido a minha





deficiência em conhecimentos gerais e falta de leitura." "Está sendo difícil trabalhar durante todo dia e estudar à noite." Dentre outros motivos.

Bastos, Maria de Fátima e Fernandes (2010) analisando o Pré-Vestibular social do Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, concluíram que o referido pré-vestibular é de grande importância para a interiorização das oportunidades de inserção dos alunos no ensino superior no estado do Rio de Janeiro obtendo os níveis médios de aprovação de 24% o que significa um bom nível de aprovação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises ora realizadas considerando as classes sociais de menor renda familiar e o que temos de ocupação das vagas nos cursos ofertados no Departamento de Educação Campus XIII dão conta de que os alunos procedentes das camadas menos favorecidas estão ocupando grande fatia das vagas ofertadas entretanto percebe-se que este quantitativo tem crescido em virtude do pré-vestibular Universidade para Todos.

O processo de inclusão dos alunos acolhidos no Pré-Vestibular UPT, põe frente aos desafios da inclusão social frente à profunda desigualdade na distribuição de renda e do acesso aos bens de consumo e culturais.

Atualmente verificamos que o número de alunos que procuram vaga no programa Universidade para Todos tem aumentado o que nos obriga a ter uma relação de excedentes como lista de espera, estes excedentes são chamados à proporção que ocorre evasão e mesmo assim após todos serem chamados as turmas alcançam no final do período uma evasão próximo dos 50%, esta evasão ocorre na maioria pois os alunos têm um turno de trabalho e um turno em sala de aula não dando conta portanto de uma terceira jornada no turno noturno o que é agravado pois parte destes alunos residem na zona rural e portanto ficam impedidos de frequentar o pré vestibular.

Observa-se que mesmo sendo o objetivo do projeto contribuir para o aumento da possibilidade desses discentes conquistarem uma vaga em cursos superiores e obter um quantitativo significativo desses alunos na universidade verificamos a necessidade de ofertar uma educação básica mais consistente pois apesar do título do programa, verifica-se que realmente não conseguimos atingir a todos que dele necessitam.

Um grande mérito alcançado pelo UPT também é a melhora da performance dos monitores que são alunos da graduação dos cursos de Pedagogia, Letras e História do Departamento de Educação Campus XIII e a contribuição para os professores do ensino



público pela formação continuada ofertada pelo programa.

Neste contexto, o UPT tem contribuído para a elevação da autoestima da segurança e do nível de conhecimento dos cursistas, o que aumenta as possibilidades de sucesso nas avaliações do ENEN e dos vestibulares das universidades públicas do estado da Bahia.

Acreditamos que as contribuições dessa pesquisa sirvam como estímulo para outros pesquisadores discutirem sobre políticas de inclusão no acesso ao ensino superior e na efetividade de suas aplicações no cotidiano educacional.

## BIBLIOGRAFIA

ANDREOZZI, M. L. Educação inclusiva: fracasso escolar da educação na modernidade. *Educação e Subjetividade*, Faculdade de Educação da PUC SP, Ano 1, n.02, p.43- 75, 2006.

BASTOS, M. D. F; Maria de Fátima, C. M.; Fernandes, L. L. O Pré-Vestibular social: desafios à busca da inclusão social. **EAD em Foco**, v. 1, n. 1, 2010. Em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=Revista+EAD+em+Foco+-+n%C2%BA+1+-+vol.1+-+Rio+de+Janeiro+-+abril%2F outubro+2010+O+Pr%C3%A9-Vestibular+Social%3A+desafios+%C3%A0+busca+da+inclus%C3%A3o+social&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Revista+EAD+em+Foco+-+n%C2%BA+1+-+vol.1+-+Rio+de+Janeiro+-+abril%2F outubro+2010+O+Pr%C3%A9-Vestibular+Social%3A+desafios+%C3%A0+busca+da+inclus%C3%A3o+social&btnG=) Acesso em 05/09/2022.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação*. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: MEC, dez. 1996.

CAPUCHO, L. *Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades em Portugal: Que Relação com a Modernidade*. Oeiras: Celta Editora, 1998

CIES/CESO I&D, *Grupos sociais desfavorecidos face ao emprego – tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis*, Lisboa 1998.

COSTA, A. B. da, (2007), *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.

DA SILVA, Richardson Barbosa Gomes et al. Evasão no cursinho pré-vestibular da FCA/UNESP: a interpretação do aluno evadido. **Revista Ciência em Extensão**, v. 6, n. 1, p. 67-82, 2010.



FERNANDES, A. T. Etnicização e Racização no Processo de Exclusão Social, in Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, I Série, Vol. I, Porto.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 199.

GONSALVES, E. P. *Conversas sobre Iniciação a Pesquisa Científica*. 3ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

LAMARQUE, G., *L'exclusion*. Paris, P. U. F., 1995

RICHARDSON, R. J. PERES, J. A de S.; WANDERLEI, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. de H. de M. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed, rev. São Paulo: Atlas S.A., 2009, 334 p.

ROSANVALLON, P. *La nouvelle question sociale*. Repenser l'État-providence. Paris, Seuil. 1995.

SEN, A. *Social exclusion: concept, application and scrutiny*. Social Development Paper no. 1. Manila: Asian Development Bank, 2000.

\_\_\_\_\_. *Sobre ética e economia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

SIQUEIRA, Marina Hakime Contini de. *Aprovação no vestibular como sucesso escolar: as contribuições de um cursinho popular*. 2012. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WLODARSKI, R.; CUNHA. L. *Desigualdade social e pobreza como consequências do desenvolvimento da sociedade*. 2005.

XIBERRAS, M. *As teorias da Exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget, p 41-60, 1996.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman. 2001.

ZAGO, Nadir. *Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas*. **Perspectiva**, v. 26, n. v1, p. 149-174, 2008.